

Pandemia e luta de classes sociais no Brasil atual

Luiz Antonio da Silva Peixoto

Departamento de Filosofia

Universidade Federal de Juiz de Fora

Pensar o Brasil em meio à pandemia do coronavírus não é tarefa fácil, ainda mais levando-se em conta o momento político pelo qual passamos. Estamos assistindo ao recrudescimento da luta de classes no contexto da crise do capitalismo produtivo e de sua reorientação para o modelo do capitalismo financeiro. A história política recente foi profundamente impactada pela guinada conservadora que assola o mundo, atingindo desde países da periferia capitalista até países como Alemanha, Holanda e Suécia, tradicionais bastiões do modelo do Estado do bem-estar social construído no pós-segunda guerra. A partir das décadas de 1970 e 1980, com a derrocada do modelo do “socialismo real” na URSS e no leste europeu, nasce um questionamento radical também contra os países que adotam uma política do bem-estar, claramente apoiada por políticas públicas planejadas e muitas vezes implementadas pelo Estado. No Brasil, o fim da ditadura militar em 1985 encontra uma burguesia debilitada ideologicamente, pois seu projeto tinha sido o próprio regime ditatorial. Esta falta de legitimidade das classes dominantes no Brasil e as novas formas de organização das lutas populares desenvolvidas nos anos 1980 ajudam a explicar a ascensão do projeto de massas da esquerda brasileira, naquele momento representado pelo Partido dos Trabalhadores.

O processo constituinte e a nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, refletem a ascensão das classes populares e de suas demandas históricas por direitos básicos inerentes ao conceito de cidadania, mesmo que compreendido em sua perspectiva clássica liberal. Enquanto nos EUA e na Europa o neoliberalismo já tentava, com êxito, desmontar os Estados do bem-estar social, retirando e / ou flexibilizando as legislações trabalhistas e restringindo as políticas sociais reguladas pelo Estado, no Brasil os movimentos populares e seu partido de massas conseguiam registrar na Constituição, novos direitos e a universalização de diversos direitos pré-existentes, porém nunca efetivados para todos os segmentos sociais. O Brasil parecia seguir na contramão da tendência histórica mundial ao consagrar direitos sociais e trabalhistas combatidos pelas elites econômicas dos chamados países centrais. O neoliberalismo,

fundamentado nas ideias de Friedrich Von Hayek e Milton Friedman, se tornava, nesses países, a nova ortodoxia econômica, alcançando uma hegemonia ideológica impensada. No entanto, logo após a promulgação da Constituição de 1988, a primeira onda neoliberal finalmente chegaria ao Brasil, fornecendo à burguesia brasileira um novo projeto de sociedade a partir do qual ela poderia se contrapor aos aspectos progressistas presentes na nova carta magna.

Acredito que não seria exagero afirmar que as eleições presidenciais de 1989 foram um divisor de águas em nossa história recente, isto é, pós-redemocratização. Nela, confluíram as forças populares que combateram a ditadura e contribuíram para sua derrocada, apontando para um projeto de sociedade de viés claramente socialdemocrata e desenvolvimentista, representado pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. A sociedade civil em geral era hegemônica pelos novos movimentos sociais e a organização da classe trabalhadora se apresentava na forma de novos sindicatos e centrais sindicais que pareciam ter eliminado os vícios populistas e corporativos do movimento sindical anterior a 1964. Por outro lado, a burguesia aproveitou as eleições daquele ano para lançar seu contra-ataque ideológico ao arcabouço progressista da Constituição recém promulgada.

A candidatura de Fernando Collor de Melo, embora não fosse inicialmente a preferida da elite empresarial brasileira, acabou por aglutinar os defensores do novo projeto da burguesia nacional: o projeto de reforma do Estado. Sob a capa deste projeto, o que se propunha era, na verdade, a retirada dos direitos sociais e trabalhistas e a desconstrução dos marcos legais e institucionais que, na carta de 1988, garantiam a efetivação destes direitos. A derrota eleitoral de Lula, naquele momento, representou a oportunidade para a burguesia brasileira começar a minar as conquistas obtidas pela classe trabalhadora e a defender de forma mais orgânica o ideário neoliberal do “Estado mínimo”, cujo objetivo central era carrear os recursos do chamado fundo público para o setor privado, isto é, para o mercado. A antiga luta das classes sociais pelo fundo público era agora atualizada em sua forma neoliberal, ou seja, na crítica ao tamanho do Estado, de seus gastos, de sua tendência à burocratização das instituições e atividades e à sua “inevitável” ineficiência.

Durante a década de 1990, de maneira mais explícita no governo de Fernando Henrique Cardoso, a burguesia consolidou seus argumentos contra a intervenção do

Estado na política econômica e, principalmente, na realização dos direitos sociais universais contemplados na Constituição de 1988. Privatizações e cortes de gastos, com a conseqüente inviabilização de direitos básicos caracterizaram este período. No entanto, durante esta década a classe trabalhadora organizada conseguiu impedir o sucateamento de diversas atividades estatais e a radicalização da retirada de direitos. A insatisfação popular com o ideário neoliberal se tornou bem visível no segundo mandato de FHC, de 1998 a 2002. A esquerda brasileira, hegemônica pelo PT, parecia estar pronta para conquistar o poder do Estado, o que de fato acontece nas eleições de 2001.

Os dois mandatos de Lula até 2010, no entanto, não representaram uma ruptura radical com os pressupostos do neoliberalismo adotados na chamada “era FHC”. A política de aliança de classes adotada pelo PT e a composição de uma base no congresso para a sustentação do governo, determinaram limites bastante rígidos em sua política econômica de caráter neodesenvolvimentista. Mesmo na área dos direitos sociais, o governo Lula produziu mais iniciativas assistencialistas do que a efetivação de direitos fundamentais tão desejada desde 1988. Os governos de Dilma Rousseff, até o golpe de 2015, continuaram presos na armadilha da “governabilidade” e adotaram, inclusive, a defesa de reformas de viés neoliberal, como a reforma da previdência. Isto produziu um distanciamento cada vez maior entre o governo Dilma e as bases das organizações da classe trabalhadora.

O golpe de 2015 visou reconstruir a hegemonia exclusiva da burguesia brasileira na política e na economia, sem a participação das esquerdas, rompendo com qualquer perspectiva socialdemocrata. Ele só foi possível no contexto de deslegitimação do governo do PT como representante dos interesses dos trabalhadores. Acreditamos que o golpe, concretizado através do impeachment da presidente Dilma Rousseff, não foi apenas contra o governo do PT, mas contra os direitos dos trabalhadores garantidos pela Constituição de 1988. No momento de fragilidade do governo petista, no qual parte da população já não via seus direitos se ampliarem, as elites econômicas perceberam a oportunidade de atualizar sua agenda liberal e anti-direitos. Para isto, contaram com o reacionarismo típico de parcela das classes médias e, mesmo, de extratos da classe trabalhadora que se viam sem perspectiva profissional ou econômica. Este caldo conservador foi muito bem administrado e direcionado contra tudo que é estatal e público e contra diversos direitos, a partir de então definidos como “privilégios”.

A singularidade do processo de reconquista da hegemonia pela burguesia foi a incorporação de elementos claramente fascistas em seu discurso político e social. Aproveitando-se do movimento conservador que tem varrido o mundo nos últimos anos, as elites econômicas brasileiras passaram a fazer aliança com o populismo de extrema-direita, que tem como programa a manutenção da “ordem social”, o “combate à corrupção” e a defesa de valores morais tradicionais considerados inquestionáveis. Esta fusão entre neoliberalismo e fascismo penetrou, inclusive, na consciência de extratos significativos da classe trabalhadora, encurralada entre a precarização do trabalho e o desemprego. Nesse contexto, o “empreendedorismo” obteve sucesso ao fomentar o individualismo e o egoísmo como atitudes sociais, em lugar da solidariedade. A promoção da concorrência universal de todos contra todos é o novo projeto da burguesia mundial e, no Brasil, este projeto assume cores trágicas, uma vez que, aqui, nem mesmo a “nova república” conseguiu superar as desigualdades sociais e econômicas que marcaram nossa construção como nação.

A chegada da pandemia do novo coronavírus no Brasil está situada no exato momento da radicalização da luta de classes retomada pela burguesia. Observamos isto não só nos discursos de ódio das redes sociais, mas também nas atitudes concretas dos indivíduos diante das dificuldades econômicas dos mais pobres. A demarcação explícita das diferenças entre a situação das elites e das classes médias, por um lado, e a situação vivida pelas periferias durante a expansão da doença, por outro, ajuda a explicar a mudança de atitude dos governantes estaduais e municipais nestes dois últimos meses. Até meados de abril último, estes adotaram medidas em acordo pelo menos parcial com as prescrições da OMS, principalmente o distanciamento social e a suspensão das atividades consideradas não-essenciais, mesmo que estas medidas se confrontassem com a atitude negacionista do governo federal. No entanto, na medida em que o vírus começava a se disseminar mais rapidamente nas periferias das grandes cidades e nas cidades do interior, os governadores e prefeitos foram cedendo às pressões dos grandes e médios empresários pela retomada das atividades econômicas. A valorização inicial do SUS foi substituída pela “administração” numérica das mortes: não se trata mais de evitar as mortes pelo vírus, mas de flexibilizar a economia de acordo com os números de leitos e de UTIs disponíveis.

Lembremos que a política de “administração” de mortes em grupos sociais, étnicos e / ou raciais possui um nome conhecido no campo do pensamento político:

genocídio. O capitalismo financeiro globalizado exclui os indivíduos e os grupos sociais dos seus direitos mais básicos e do mercado de trabalho, precarizando ao extremo as condições de trabalho dos que ainda permanecem neste mercado. Para os que não se enquadram nessas “novas” condições de cidadania e de trabalho, temos a política do encarceramento em massa, já adotada em grande parte do mundo e no Brasil. Mas, de forma complementar ao sistema carcerário, a lógica neoliberal comporta também a política do extermínio: a identificação daqueles que, por sua suposta inutilidade neste novo mundo produtivo e tecnológico, podem ser “matáveis” ou, simplesmente, deixados à própria sorte. O advento da pandemia do novo coronavírus parece ter criado a oportunidade de acelerar o extermínio dos excedentes de mão-de-obra, isto é, daqueles que foram jogados agora no desemprego ou dos que já sobreviviam exercendo o trabalho informal.

No Brasil, país no qual o genocídio sempre se fez presente como forma de controle das populações, a política de saúde para o combate ao vírus, ou sua falta, representa mais um momento da luta de classes encarniçada pelo fundo público e acena também com uma forma de genocídio sistemático dos pobres, dos negros, dos índios e dos desempregados em geral. A necessidade de cobrir os gastos do Estado com o combate ao coronavírus será o argumento para a adoção das medidas / reformas neoliberais mais impopulares. Corte de gastos nos serviços públicos, privatizações de empresas estatais e as reformas tributária e fiscal entrarão na agenda assim que a pandemia passar pelo seu auge nos próximos meses. Sob o pretexto de “gerar empregos”, a reforma trabalhista avançará no processo de precarização de todas as profissões e carreiras que mantiveram seus direitos até então. Nesse cenário, acreditamos ser necessário não apenas denunciar o descaso genocida com a vida dos mais pobres e a chantagem da utilização da pandemia como forma de legitimar as reformas que serão continuadas, mas também pensar e propor uma política econômica contra-hegemônica em relação ao projeto neoliberal das elites.